



Número: **0802335-18.2019.8.15.0351**

Classe: **APELAÇÃO CÍVEL**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Leandro dos Santos**

Última distribuição : **14/04/2021**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Processo referência: **0802335-18.2019.8.15.0351**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (APELANTE)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE (APELADO)		JOSE ALVES DA SILVA NETO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
11875777	28/07/2021 13:58	2686093_EMBARGOS_DE_DECLARACAO_ACORDAO_2a_INST_01	Petição



EXMO. SR. DR. DESEMBARGADOR RELATOR LEANDRO DOS SANTOS DO TRIBUNAL DE JUSTICA DA PARAIBA

PROCESSO N.º 08023351820198150351- APELAÇÃO

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, já devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem à presença de V. Excelência, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** promovida por JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, opor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Ante os fundamentos a seguir:

DA SÍNTESE DOS FATOS E DA OMISSÃO

Sem adentrar ao mérito, informa a V. Exa. que constou no acórdão o seguinte:

*“...Diante de todos os fundamentos expostos, **DOU PROVIMENTO A APELAÇÃO** para reduzir o valor da indenização ao valor de R\$ 2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), **mantendo a sentença em seus demais termos.**”.*

Com a mais a respeitosa vênua, assim o fazendo, afigura-se a v. decisão omissa em pontos essenciais, justificando o cabimento dos presentes Embargos de Declaração, a fim de que essa V. Exa. decida-os e confira os efeitos integrativos ao respeitável decum.

Frisa-se que na d. sentença exarada, verifica-se omissão, que devem ser supridas ou sanadas por meio dos presentes embargos, sendo certo que o recurso não objetiva rediscutir a matéria, mas afastar os vícios constatados no julgado.

Com todo o respeito a Embargante, vem, informar que houve omissão em relação ao valor dos honorários de sucumbências vez que contou na parte dispositiva da sentença o seguinte:

ANTE O EXPOSTO, REJEITO a preliminar e, com base no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para CONDENAR a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A ao pagamento de indenização no valor de R\$ 4. 218,75 (quatro mil, duzentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos), a título de indenização por invalidez parcial permanente. Incidirão juros moratórios a partir da citação, à base de 1% (um por cento) ao mês STJ, Súmula 426), e correção monetária desde a ocorrência do sinistro (STJ, Súmula 580).

Condeno o demandado nas custas e fixo os honorários em 10% DO VALOR DA CAUSA CONDENATÓRIA, devidos pelo demandado em razão do decaimento mínimo do pedido, tudo em atenção ao art. 85 do NCPC.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Neste ponto, requer seja verificada a omissão informada, **devendo-se esclarecer se os honorários sucumbenciais deveram ser pagos com base no valor da condenação ou da causa.**

CONCLUSÃO

São essas as razões pelas quais a embargante confia, espera e requer sejam acolhidos e providos os presentes Embargos Declaratórios, enfrentado o ponto omissivo, qual seja o valor dos honorários, conferido efeitos integrativos para o fim de prover integralmente, tudo por ser medida de direito e irretorquível JUSTIÇA!

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SAPE, 26 de julho de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB

